

**52 POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DE ANIMAIS ERRANTES OU ABANDONADOS EM UM CAMPUS UNIVERSITÁRIO LOCALIZADO NA CIDADE DE PORTO ALEGRE, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL**FARACO, C. B.<sup>1</sup>, MIRANDA, I. C. S.<sup>2</sup>, GUYOTI, V. M.<sup>3</sup><sup>1</sup> Médica-veterinária, Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Professora do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Ritter dos Reis (Uniritter). E-mail: [ceres\\_faraco@uniritter.edu.br](mailto:ceres_faraco@uniritter.edu.br)<sup>2</sup> Médico-veterinário, Mestre em Ciências Veterinárias pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Professor do curso de Medicina Veterinária (Uniritter).<sup>3</sup> Médica-veterinária, Mestre em Ciências Veterinárias (UFRGS) e Professora do curso de Medicina Veterinária (Uniritter).

O abandono de animais é um problema crônico nos *campi* universitários. A despeito de serem instaladas câmeras e avisos sobre as leis (Lei federal 9.605/98 e Decreto-lei 24645/34), estas iniciativas não intimidam a prática de tais atos para com os animais. Além do problema de bem-estar animal, tal contexto representa risco sanitário para os animais que não têm condições básicas asseguradas (abrigo, alimento adequado, proteção e cuidados de saúde, entre outros), além dos riscos de zoonoses e acidentes com a comunidade acadêmica. As dificuldades para controlar e reduzir a presença de tais animais são muito grandes, pois os *campi* universitários apresentam condições favoráveis para a permanência de tais animais: fácil acesso e grande oferta de alimento e de água (cantinas e restaurantes). Ao longo dos anos, têm sido propostos diversos procedimentos destinados a controlar o abandono de animais nesses locais. Essas alternativas têm sido testadas isoladamente, incluindo as que utilizam barreiras físicas, mas sem sucesso. Na busca de soluções para o problema na Uniritter – *Campus Fapa* –, foi elaborada uma política para os animais errantes. Essa proposta articula a combinação de barreiras, a vigilância, a educação da comunidade acadêmica e o encaminhamento de animais para obtenção de melhores resultados que os obtidos em outros *campi* universitários. A sua aplicação visa obter: a transformação do *campus* em ambiente de baixo risco de abandono, a redução do risco de mordeduras, a redução do risco de transmissão de zoonoses e o oferecimento de um modelo para a sociedade (já que o problema é uma amostra do que ocorre nas cidades em relação ao abandono de animais). Os resultados obtidos até o momento têm apresentado resultados promissores. A íntegra deste material está disponível em: <http://www.uniritter.edu.br/nossos-campi#politicas>. Com este documento, a Uniritter regulamenta as práticas internas com relação aos animais abandonados no *Campus FAPA* seguindo as políticas de proteção e bem-estar animal. O programa foi implantado em 31 de outubro de 2015.

**53 IDENTIFICAÇÃO DE EXTRATOS DE ANIMAIS DOMÉSTICOS, DESCRIÇÃO E SAÚDE DA COMUNIDADE NA VILA SOUZA COUTO, PORTO ALEGRE, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL**FARACO, C. B.<sup>1</sup>, MIRANDA, I. C. S.<sup>2</sup>, MATTEI, L. S.<sup>3</sup>, SANTOS, M. C. S.<sup>4</sup>, SOUSA, B. M. A.<sup>5</sup>, PEREIRA, G. G.<sup>6</sup><sup>1</sup> Médica-veterinária, Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Professora do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Ritter dos Reis (Uniritter). E-mail: [ceres\\_faraco@uniritter.edu.br](mailto:ceres_faraco@uniritter.edu.br)<sup>2</sup> Médico-veterinário, Mestre em Ciências Veterinárias pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Professor do curso de Medicina Veterinária (Uniritter).<sup>3</sup> Hoteleiro, Serviço Social do Comércio (SESC-RS), Graduando do curso de Medicina Veterinária (Uniritter).<sup>4</sup> Assistente Social, Serviço Social do Comércio (SESC-RS).<sup>5</sup> Médico-veterinário, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, Portugal.<sup>6</sup> Médico-veterinário, Centro para o Conhecimento Animal de Algés, Portugal.

Os extratos de população canina e felina são importantes para a saúde pública e bem-estar animal. Os animais sem dono (errantes) são os principais transmissores de doenças emergentes, e também das habitualmente existentes. Os animais semidomiciliados, atualmente denominados como cães e gatos de famílias, são os que mais transmitem zoonoses, pois se infectam em vias públicas, retornam aos domicílios e disseminam as infecções. Em uma perspectiva de bem-estar animal, a possibilidade de contraírem doenças, sofrerem acidentes ou vários tipos de maus-tratos é perturbadora. O trabalho identificou os extratos da população de animais domésticos de uma comunidade carente da região norte do município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, e investigou aspectos das interações estabelecidas com as pessoas e com o meio ambiente. Foi adotado como metodologia um delineamento descritivo transversal. Os instrumentos aplicados foram um questionário e as observações efetuadas *in loco*. Foram coletados dados de 87 domicílios, perfazendo um total de 371 habitantes, entre os quais, cerca de 16% eram menores de idade. Foram identificados 245 animais, cuja maioria era representada por cães (67%; N=163); 15% (N=38) eram gatos; e 18% (N=44) dividiam-se entre coelhos, aves e cavalos. Durante a coleta de dados, foram ainda registrados 22 animais errantes (76% cães; 14% gatos). Destes, apenas sete não apresentavam qualquer lesão ou doença visível. Durante a entrevista, os residentes da vila relataram 30 acidentes por mordeduras em que, apenas 27% (N=8) das pessoas foram tratadas.

**54 ESTRATÉGIAS PARA O MANEJO POPULACIONAL DE CÃES E GATOS APLICADAS NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, BRASIL**WOLFF, F. M.<sup>1</sup><sup>1</sup> Médica-veterinária da Prefeitura Municipal de Araucária/PR. E-mail: [fla\\_wolff@yahoo.com.br](mailto:fla_wolff@yahoo.com.br)

Atividades de manejo populacional de cães têm sido empregadas como política pública em diversos municípios brasileiros. Conhecer a dinâmica da população canina, incluindo o seu grau de dependência e vínculo com a população humana e o uso de áreas urbanas, tem se mostrado necessário para o seguimento e efetividade de programas públicos de manejo de cães. De acordo com o 8º informe do Comitê de Especialistas da Organização Mundial da Saúde em Raiva, “a renovação das populações caninas é muito rápida e a sua taxa de sobrevivência facilmente sobrepõe a sua taxa de eliminação”, fato que tem contribuído para avanços no planejamento e execução de políticas públicas por parte de gestores municipais. A discussão ética no controle das populações de cães e gatos acontece em um período transacional da saúde pública veterinária, na qual os animais são analisados sobre dois prismas: 1) agentes transmissores de doenças zoonóticas; e 2) membros integrantes das famílias e comunidades. Diversos municípios brasileiros executam políticas públicas de manejo de populações de cães e gatos e identificam animais de rua vinculados afetivamente a determinadas comunidades, pelo acesso a fontes de alimento, abrigo e cuidados básicos de saúde. Os animais em sua maioria são conhecidos e aceitos pela comunidade local, estando bem adaptados ao ambiente, sendo o seu recolhimento não desejado pelos seus cuidadores. Contudo, observa-se também a insatisfação de parte da comunidade local com a presença dos cães nas ruas, podendo esta intervenção não ser aceita. O uso de indicadores para mensurar os impactos do programa é um importante